

Congresso Medo da Responsabilidade

A política admite mais de uma definição, mas pressupõe, nos que a ela se dedicam, senso de prioridade quando passam da teoria à prática. O Congresso Nacional perdeu de vista, num ano eleitoral, a noção de tempo e voltou as costas ao rendimento legislativo. No meio do ano em que, ao voltar do recesso de julho, não terá número para deliberar (pois uma centena de deputados se habilitará ao voto para prefeito), nada aprovou do que o Executivo lhe propôs para compartilhar com ele a responsabilidade de modernizar a nação. São medidas com a marca da urgência, que mereciam maior consideração e disposição.

As vésperas do mês de junho, quando vai trabalhar contra o tempo e sem dispor da atenção dos cidadãos, a Câmara resolveu uma questão que ruminava pachorrentamente: a antecipação do plebiscito sobre a forma e o sistema de governo. Ora, se havia uma questão destituída de urgência, era a consulta para saber se os cidadãos querem o presidencialismo ou o parlamentarismo. E, mais remota ainda, a opção entre República e Monarquia, que foi abolida por um golpe militar há cento e dois anos. Poderia esperar mais alguns meses, mesmo porque a Constituição estabeleceu o plebiscito duplo para 1994.

O brasileiro não é mais instruído a respeito de sistemas de governo do que outros povos. E não consta que o parlamentarismo ou o presidencialismo tenham sido adotados por decisão popular. Para isso é que existem políticos: cabe-lhes o exercício dessa responsabilidade representativa. São intermediários da vontade geral, e não despachantes que se limitam a levar requerimentos de uma repartição para outra. A

opinião pública dá prioridade às questões objetivas. Os cidadãos querem soluções que removam dificuldades, e não data de plebiscito. Por acaso a adoção do parlamentarismo significaria o fim da inflação? A opção pela monarquia, acabaria com a recessão?

Está diante do Congresso uma opção já suficientemente debatida. A desregulamentação específica dos serviços portuários tem uma urgência que não comporta tergiversação política: sem isso o Brasil não exporta e nem compete, porque os custos invalidam qualquer propósito. O ajuste fiscal não é uma abstração, mas uma prioridade da qual depende a retomada do desenvolvimento. A desregulamentação da economia em geral, a concessão de serviços públicos à iniciativa privada, a lei sobre patentes, a nova lei de partidos políticos, a moralização de licitações e contratos, o fim da estabilidade dos funcionários públicos são pre-requisitos de um salto econômico e político para a democracia, por cima da retórica e do palavrório que é a cortina de fumaça atrás da qual o atraso opera.

O Congresso não vai se credenciar para exercer a confiança nacional na condição de espectador, sem assumir responsabilidades, enquanto o Executivo corre os riscos e se apresenta para o debate aberto. A representação política precisará sair para o sol e o sereno, se quiser reaver a posição que já teve e perdeu por se deixar envenenar pelos sofismas do atraso, que se valeu do nacionalismo estreito e da estatização ilusória para emparedar o Brasil num impasse econômico, no marasmo político e na desigualdade social que tão bem reflete o anacronismo geral.